

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANALISANDO O MOVIMENTO ZAPATISTA À LUZ DA DECOLONIALIDADE

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GABRIEL RODRIGUES DE ABREU

MARIANA

2019

GABRIEL RODRIGUES DE ABREU
CIÊNCIAS ECONÔMICAS – UFOP

ANALISANDO O MOVIMENTO ZAPATISTA À LUZ DA DECOLONIALIDADE

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof^º. Dr. Paulo Roberto de Oliveira

MARIANA

DEECO

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



FOLHA DE APROVAÇÃO

Gabriel Rodrigues de Abreu
ANALISANDO O MOVIMENTO ZAPATISTA À LUZ DA DECOLONIALIDADE

Membros da banca

Nome - Prof. Dr. Paulo Roberto de Oliveira (Orientador)
Nome - Profa. Dra. Renata Guimarães Vieira
Nome - Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira

Versão final
Aprovado em 09 de Dezembro de 2019

De acordo

Professor (a) Orientador (a)
Prof. Dr. Paulo Roberto de Oliveira



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto de Oliveira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 17/12/2019, às 21:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0029053** e o código CRC **3C7FD942**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.204090/2019-11

SEI nº 0029053

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

Aos meus pais, pelo amor e fé na educação

RESUMO

A colonização da América Latina é um fator importante para entender o desenvolvimento das nações colonizadoras e colonizadas. Sendo assim, esse trabalho discorrerá sobre os efeitos que perduraram desde a colonização e afetam nosso modo de pensar, fazer política e conviver. Além disso, esse trabalho pretende apresentar alguns dos movimentos que vão contra os colonialismos modernos, sobretudo o neo-liberalismo. Para isso, analisa-se o movimento Zapatista, tentando entender como e porque esse movimento luta, seu passado e sobretudo, sua faceta decolonial.

Palavras-chave: Colonização, Neo-Liberalismo, Decolonialidade

ABSTRACT

The colonization of Latin America is an important factor in understanding the development of colonizing and colonized nations. Thus, this work will discuss the effects that have lasted since colonization and affect our way of thinking, making politics and living together. Moreover, this paper aims to present some of the movements that go against modern colonialisms, especially neo-liberalism. For this, the Zapatista movement is analyzed, trying to understand how and why this movement fights, its past and above all, its decolonial facet.

Keywords: Colonization, Neo-Liberalism, Decoloniality

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ocupação indígena no México pré-colonial.....	13
Figura 2: Cidades ocupadas pelo EZLN em 1 de janeiro de 1994	28
Figura 3: Territórios Zapatistas atuais e sua expansão territorial.....	31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. A COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA: LINHAS GERAIS SOBRE A APROPRIAÇÃO DA TERRA E DO TRABALHO.....	9
2.1 A colonização na Meso-América: México.....	13
3. O COLONIALISMO NO MÉXICO DO SÉCULO XIX E XX.....	17
3.1. A Revolução Mexicana e Emiliano Zapata.....	17
4. AS RESISTÊNCIAS DECOLONIAIS E O MOVIMENTO ZAPATISTA MODERNO.....	22
4.1 Movimentos decoloniais na América Latina.....	23
4.2 O Movimento Zapatista e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).....	25
5. CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se debruçará sobre a questão da colonização das Américas e seus efeitos que, naturalmente, reverberam até os dias de hoje. De modo geral será apresentada a ideia da crucialidade da colonização para o desenvolvimento de nações centro do capitalismo moderno e os nefastos efeitos que as populações nativas sofreram e sofrem. De maneira mais específica será analisado o movimento indígena zapatista, que propõem e luta por maior liberdade e terra. O movimento traz à tona os problemas da relação entre os ideais e cultura ocidentais com o indígena em pleno século XX. Como resposta aos incontáveis problemas que duram mais de cinco séculos o Exército Zapatista de Libertação Nacional pegou em armas e disse “¡Ya basta!”. O resultado foi a rebelização e autonomização de diversos territórios no sudoeste mexicano que permanecem, mesmo após 25 anos fornecendo uma alternativa e exemplo vivo de luta contra a colonização do ser e do saber.

Para cumprir tal propósito esse trabalho divide-se em 5 capítulos além desta breve introdução. No capítulo 1 serão apresentados os conceitos que guiarão a discussão: o processo de colonização e o embate entre várias visões de mundo no século XV. De um lado conquistadores espanhóis e portugueses e do outro lado as centenas de comunidades indígenas que aqui se encontravam. Para isso, discute-se o processo de significação da terra e do trabalho, que além da essencialidade para o projeto colonial são imprescindíveis para a vida digna das comunidades nativas. Nesse ponto tem início a imposição de visões de mundo, genocídios e as mais diversas formas de dominação realizados em solo americano. Processo que não findou, mas adotou outro perfil na contemporaneidade.

Dessa forma, o capítulo 2 cumpre a função de mostrar os desdobramentos contemporâneos do encontro colonial, que sob a égide do neoliberalismo perpassa nossa vida diária. Para iniciar a discussão será apresentada a revolução mexicana de 1910-1919, que tinha como um dos principais protagonistas Emiliano Zapata. Camponês que travou longa batalha contra o sistema político mexicano partindo do descontentamento indígena com a alienação de suas terras ancestrais. A luta deixou marcas na constituição e ficou legalmente garantido o direito à terra das comunidades indígenas. Entretanto, a vitória histórica dos indígenas é ameaçada em 1994 e tem resposta à altura.

O capítulo 3 buscará então, discutir a onda neoliberal no México a partir de 1990 que sustentou a mercantilização de terras indígenas. Considerado o ápice moderno da exploração para indígenas mexicanos com sangue Maia a resposta é rápida e violenta. Analisa-se então o

movimento zapatista sob uma perspectiva decolonial, seus clamores e resultados. Ademais, serão analisados outros movimentos decoloniais que, assim como o zapatismo propõe maior liberdade e cristalizam várias alternativas ao neoliberalismo e às características do capitalismo que ameaçam o meio ambiente e populações marginalizadas. Por último, a conclusão recapitulará a discussão, tentará também provocar novas discussões e pesquisas a respeito de um tema que nos toca desde o século XV.

2. A COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA: LINHAS GERAIS SOBRE A APROPRIAÇÃO DA TERRA E DO TRABALHO

A colonização da América Latina no século XVI é um fator determinante para entender o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial. É fundamental também para entender o desenvolvimento de países colonizadores, sobretudo, europeus. Esse processo apresenta desde o seu início os mais variados problemas, sobretudo os relacionados às populações nativas como o uso de sua mão de obra por meio de opressões violentas, imposição de visões de mundo disformes para os aborígenes, deslegitimação dos nativos e dos seus saberes além da destruição e extração acentuada de recursos naturais.

No século XXI, os efeitos da colonização ainda são fortemente sentidos na América Latina, seja no uso da mão de obra indígena subvalorizada e na alienação de suas terras ancestrais, seja no preconceito racial. Toma-se aqui o exemplo do México e de povos indígenas do sudeste do país, que lutam contra o processo de colonização e propõe de uma perspectiva decolonial a mudança da sociedade e uma nova forma de se relacionar com o mundo. Nesse primeiro capítulo analisa-se então a introdução da América e das populações nativas na lógica europeia, com ênfase no uso da terra e da mão de obra ameríndia. Esse raciocínio permite compreender os impactos da colonização que remanescem até hoje na sociedade, sob outro perfil, mas com a mesma lógica: dominação, hierarquização e exploração.

O desenvolvimento da sociedade moderna, tem como marco fundador a colonização da América Latina no século XVI (Quijano & Wallerstein, 1992, p. 583). Esse encontro entre o “novo” e o “velho” mundo é marcado por contradições e embates entre culturas e povos diversos. Isso se evidencia, na inserção dos indígenas na lógica europeia, no que diz respeito, por exemplo, à apropriação de terras indígenas e à imposição de um método para controle do trabalho. Essa característica do processo de colonização foram algumas das condições necessárias conforme argumenta Quijano & Wallerstein (1992) para o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial:

[...] para o estabelecimento de tal economia capitalista global três coisas foram essenciais: expansão geográfica, desenvolvimento de métodos de controle do trabalho [...] e a criação de aparatos de estado fortes que se tornariam posteriormente nos estados hoje no centro da economia capitalista global e moderna. (Quijano & Wallerstein, 1992, p. 583)

Nesse sentido, argumentar-se-á que as relações de trabalho e produção, bem como o processo de significação da terra seguiam uma lógica diametralmente oposta entre colonos europeus e indígenas colonizados. É importante citar a distância cultural e de interesses entre

esses povos: as comunidades nativas da América Latina se baseavam em cosmovisões totalmente estranhas para os colonizadores.

Tomando como exemplo a religiosidade, nas sociedades indígenas pelo fato da terra desempenhar papel central na vida da comunidade e do indivíduo, ela comumente é enxergada como sagrada. A natureza como espaço de vivência e meio para existência de populações nativas obtém até contornos holísticos que estruturam e guiam a existência dessas comunidades. (ACOSTA;2016). Por outro lado, o projeto europeu para a América Latina tem motivos políticos/religiosos que se baseiam em outra cosmovisão. Collet (2001) em seu trabalho relembra a Bula papal “*Romanus Pontifex*” assinada pelo Papa Nicolau V em 1500, que concedia poderes aos reis de Portugal e da Espanha para a invasão, conquista ou mesmo “*subjugar quaisquer sarracenos e pagãos*”, considerados como sendo “*inimigos de Cristo*”, bem como todas as suas terras e bens, reduzindo todos à servidão. Essa instrução papal foi uma das ferramentas que ajudaram a estruturar e legitimar perante a sociedade e aos próprios conquistadores o processo de conquista.

Em matéria da dominação e gestão da terra praticada pelos ibéricos, este tem raízes bem anteriores ao próprio processo de colonização, remontando aos vetores fundadores da cultura ocidental. Nesse sentido Bethell (1992) apresenta alguns estudos que enxergam na arquitetura romana a origem do desenho urbanístico das cidades colonizadas na América Espanhola. Mais especificamente, a organização de algumas cidades recém colonizadas se inspirariam no município de Santa Fe na província de Granada, município esse que foi desenhado segundo os estudos urbanísticos e arquitetônicos de Vitruvius (80 a.C – 15 a.C). Por meio dessa ilustração é possível perceber que o uso das terras americanas pelos conquistadores não só revela traços culturais europeus como também desnuda os objetivos do projeto colonial:

O desenho quadricular para as cidades, [...] foi concebido para racionalizar a apropriação do vasto território ultramarino. O arranjo geométrico simbolizava a vontade imperial de dominar e a necessidade burocrática de impor ordem e simetria. [...] Lembramos que a fundação de uma cidade constituiu um ato litúrgico pelo qual uma terra recentemente apropriada foi santificada. A concepção urbana era muito mais que um mero exercício cartográfico. Serviu como veículo para um transplante de critérios sociais, políticos e econômicos e como um exemplo do "corpo místico" que constituía o núcleo do pensamento político latino-americano. (Bethell, p. 17/18).

Observando esse exemplo é possível ver que os contornos do projeto europeu para a América eram: racionalizar e planejar a dominação, demonstração de poder e formalização de uma hierarquia colônia-metrópole. É necessário salientar que as sociedades e cidades pré-colombianas já contavam com uma complexa organização urbanística e social. Organização

essa que exerceu profunda influência no processo de urbanização e conquista da América espanhola (BETHELL; 1992).

[...] Os conquistadores encontraram muitos núcleos urbanos densamente povoados na América Central [...]. *Tenochtitlan*, a capital asteca, com 150.000 ou talvez 300.000 habitantes, tornou-se a capital vice-legal espanhola. [...]. No Império Inca, a capital Cuzco, embora não tivesse a importância comercial de Tenochtitlan, possuía mais de 100.000 habitantes e exercia seu domínio político sobre vários centros ao longo da estrada real, alguns deles de origem pré-inca: *Quito*, *Cajamarca*, *Jauja*, *Vilcas*, *Huánuco Bombom*. (BETHELL; 1992, p. 15)

Essas grandes sociedades deixaram diversas marcas na América Espanhola, tanto em termos de populações, saberes e culturas nativas absorvidas pela conquista quanto em termos do planejamento urbano, que estrategicamente foi utilizado para atender aos próprios objetivos da conquista. Ou seja, em território americano os espanhóis readequaram ou destruíram os símbolos e a própria organização das sociedades aqui encontradas para atender aos interesses metropolitanos e da coroa:

Embora os espanhóis tenham convertido algumas cidades indígenas, como *Tenochtitlan*, *Cholula* ou *Cuzco*, em suas próprias necessidades, a distribuição espacial e a estrutura dos assentamentos indígenas deixaram uma marca ainda mais decisiva no esquema de assentamentos europeu. [...] A longo prazo, no entanto, os preceitos políticos, sociais e econômicos da dominação europeia, que envolveram a depreciação, desenraizamento e mortalidade aguda da população indígena, introduziram muitos novos vetores de mudança. (BETHELL; 1992, p. 15)

Outra importante ferramenta utilizada para operacionalizar o processo de colonização da América, sobretudo da América Espanhola foi o sistema de *encomiendas* que cumpria simultaneamente a necessidade de divisão das terras, tal como fundamentava relações sociais de submissão cultural e laboral na relação entre indígenas e colonizadores. Bethell (1992) explica que esse sistema de domínio colonial indireto consolidava uma sociedade organizada ao redor de núcleos urbanos (povoados) em torno dos quais estariam camponeses indígenas que proporcionariam o abastecimento de alimentos para os colonos europeus.

Para o bom funcionamento desse sistema soldados da coroa espanhola que haviam ou ainda empreendiam o processo de conquista e colonização ganhavam a denominação de *encomenderos*. “Nessa posição recebiam tributos ou serviços pessoais dos aborígenes e eram responsáveis pela evangelização e instrução do número de índios a ele *encomendados*” (BETHELL; 1992, p.123). Ao longo desse processo ocorreu também a distribuição legal da terra para os espanhóis recém assentados. Eram garantidas aos *encomenderos* parcelas de terra, grandes ou pequenas, circundantes ao povoado que deveriam ser usadas para sua subsistência e assim, fundamentar a presença e colonização em terras americanas.

As doações se dividiam em dois tipos: *peonías* e *caballarias*. A primeira propriedade era destinada aos soldados da infantaria e o segundo tipo de terreno era cinco vezes maior e destinado à cavalaria da coroa espanhola. Nessas doações também conhecidas como “misericórdia de terra” eram exercidos dois tipos de atividade: criação de gado e plantações. A mão de obra nos dois casos era diversa, porém majoritariamente indígena:

Alguns encomenderos fizeram uso dos índios, mas desde 1549 era proibido. Outros receberam parte das distribuições oficiais dos índios *Mitayos*, que serviram por turnos em obras particulares e públicas. Havia também uma reserva de diaristas indígenas para o trabalho no campo. Outra fonte de trabalho foi a dos índios *Yanaconas*, uma instituição de origem inca. Os negros que, em outras circunstâncias, foram importados para servir como servos e artesãos urbanos, também dividiam as tarefas rurais nas aldeias espanholas. No entanto, o alto custo da compra de escravos limitou claramente seu uso àquelas empresas agrícolas economicamente rentáveis. (BETHELL, 1992, p.124)

A partir da ilustração do processo de conquista em pequenas localidades e povoados é possível perceber como esse ocorreu em escalas maiores. As terras foram subdivididas, hierarquizadas e racionalizadas de maneira a maximizar os interesses coloniais na região. Sendo assim, Quijano & Wallerstein (1992, p. 584) apontam que foi cristalizado um sistema de divisão da terra em fronteiras e nações em um sistema interestatal subordinado à metrópole. Nesse sistema, conhecido como colonialidade, as terras e povos coloniais eram fonte de riqueza às nações europeias e parte mais baixa do sistema. “Na América todas as fronteiras eram novas. E durante os três primeiros séculos do sistema mundial moderno todos os estados da América foram colônias formais subordinadas politicamente a alguns estados europeus.” (QUIJANO & WALLERSTEIN; 1992, p. 584)

Assim se desenharam algumas das características que fizeram ser possível o assentamento europeu em solo americano. Características essas que também operacionalizaram uma lógica de superioridade entre o europeu e não-europeu. Quijano & Wallerstein (1992) argumentam que a colonialidade teve efeitos não somente na divisão das terras, mas teve grande amplitude também na criação de uma hierarquia política, econômica, social e cultural. Hierarquia que persistiu durante os anos, mesmo após a independência desses estados, sendo ainda hoje decisiva nas relações entre nações. Para isso, Quijano & Wallerstein (1992) recorrem ao argumento de que o sistema hierárquico criou regras para a interação dos estados entre si e foi decisivo no posterior sentimento nacionalista e consolidação do próprio ranking.

Dessa forma, todo o processo de urbanização, divisão das terras e uso de mão de obra para o desenvolvimento da produção eram baseadas na exploração e destruição dos povos nativos, bem como da periferação de sua cultura e saberes. Nas considerações de Acosta (2016) a conquista e colonização da América consolidou uma exploração impiedosa dos

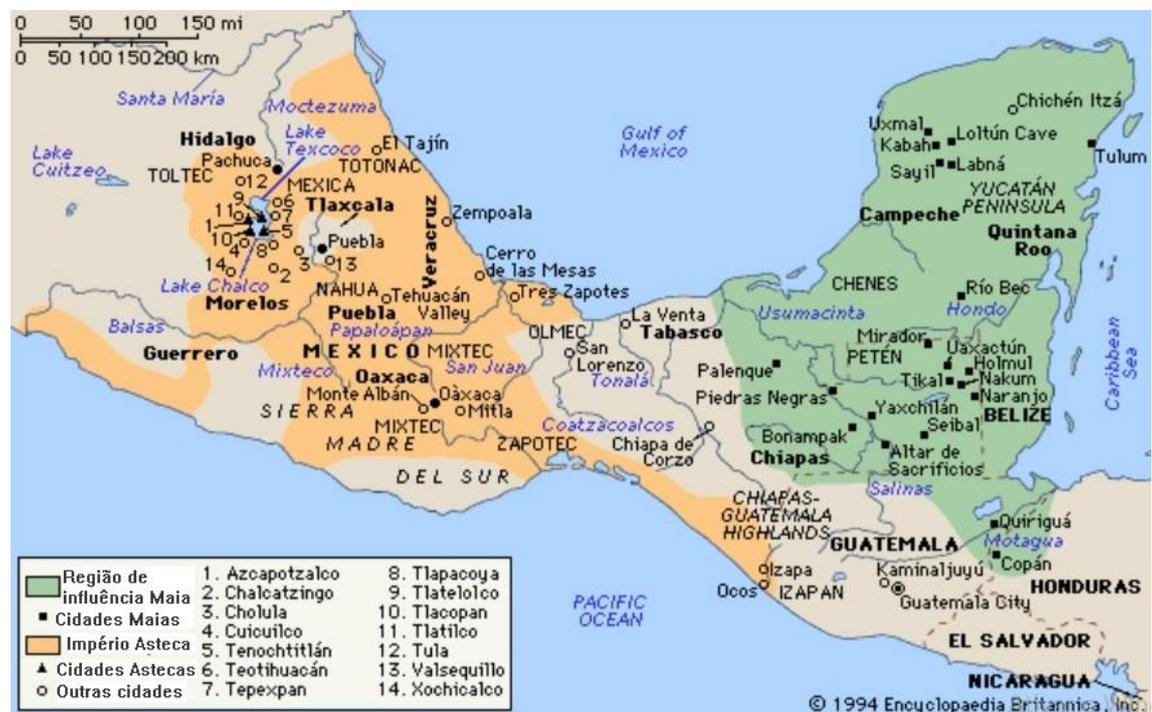
recursos naturais, com o conseqüente genocídio e abuso sistemático das populações indígenas. Desde então se forjou um esquema extrativista de exportação da natureza a partir das colônias em função das exigências de acumulação de capital das metrópoles.

2.1 A colonização na Meso-América: México

Esse esquema, direcionado a atender os interesses coloniais na região americana também teve sua expressão no México. É relevante lembrar, ainda que rapidamente, o processo de colonização nessas terras, que são tema central desse trabalho.

Os povos que viviam na região hoje conhecida como México eram majoritariamente de origem maia ou asteca. Os maias “se estabeleceram num vasto território de uns 325.000 km². Hoje são os Estados do México: Yucatán, Campeche, Quintana Roo, Tabasco, e a metade Oriental de Chiapas. Também a maior parte da Guatemala, Belice; parte de Honduras e El Salvador” (Sodi, 1986, apud COLLET; 2001). Ao passo em que os astecas ocupavam a região norte da Meso-américa, como mostra a mapa abaixo.

Figura 1 – Ocupação indígena no México pré-colonial



Fonte: Encyclopaedia Britannica, adaptado pelo autor

Como mostra a figura, boa parte do assentamento Asteca se concentrava ao redor do lago Texcoco incluindo Tenochtitlán, capital asteca que futuramente seria rebatizada como Cidade do México, localizada no atual estado de Morelos. À época da conquista a cidade

contava com cerca de 500.000 a 1 milhão de habitantes (SANTOS; 2014). A civilização Asteca se encontrava no auge no início do século XV, figurando como o maior império da América Central. É possível então entender porque o processo de conquista no México tem como ponto alto a conquista de Tenochtitlán no ano de 1521.

Apesar disso, Santos (2014) reitera que os Astecas já sabiam da chegada e presença dos castelhanos, dado que estes exploravam o Caribe desde 1492. Além disso, já haviam ocorrido pelo menos três outras expedições anteriores: a primeira em 1511 por Gonzalo Guerrero a segunda por Francisco Hernández de Córdoba, em 1517, e a de Juan de Grijalva, em 1518. De modo que, em 1521, na data da queda do imperador Asteca Montezuma II, Cortés e as expedições anteriores já tinham feito alianças com indígenas inimigos do império Asteca e também dizimado muitas outras comunidades que não se curvavam aos interesses europeus pelo caminho dos conquistadores.

Após os primeiros contatos com Cortés (até então amigáveis), algumas ações de Montezuma II desagradam parte das elites dirigentes astecas e a tensão cresce em Tenochtitlán. A existência de um conflito interno foi o estopim para a prisão de Montezuma II e da posterior desagregação do império asteca. De maneira breve Moctezuma II escapa da prisão e é caçado pelas tropas de Cortés, que após pouco tempo alcança seu grupo e todos são mortos. Após a morte de Montezuma o antigo império estava fragmentado e dizimado. De acordo com Santos (2014), no fim de 1521 a população de astecas havia se reduzido a sua terça parte. A derrota Asteca em Tenochtitlán foi importante ao ponto de dentro de um período de dois anos a conquista se estender ao estado de Morelos como um todo, permeado por noites sangrentas, epidemias de varíola e execuções públicas.

Barbosa (2010) afirma que, o estado de Morelos logo após o processo de conquista foi transformado em um Marquesado, de modo que os marqueses europeus recém assentados ganhavam poderes de alienar e fragmentar a terra indígena. Posteriormente essas terras foram vendidas para produtores de açúcar. As propriedades da região que garantiam esse esquema não eram somente o seu clima e topografia ideais para a cultura, mas também devido a densa população indígena que ali vivia e serviu de mão de obra aos engenhos. A estrutura de dominação ali infligida durou séculos e pode ser encontrada ainda no século XIX e XX. O ponto de ruptura com esse processo pode ser encontrado na Revolução Mexicana, tema explorado no capítulo seguinte.

A parte Sul do México, predominantemente povoada por populações Maias sofreu processo semelhante. Afim de explicitar sucintamente o processo de colonização dessa região limitaremos a análise ao caso de Chiapas. Isso porque, Chiapas torna-se tema central do trabalho

ao abrigar as comunidades e terras centrais na história do levante Zapatista de 1994. Além disso, os elementos da colonização em Chiapas em muito se assemelham com o que ocorreu com o resto das terras ocupadas pelos Maias, sobretudo na península de Yucatan.

A conquista dessa região foi, assim como nas demais regiões do México Central perpetrada por genocídios, invasões, epidemias e assassinatos de importantes figuras indígenas. As primeiras expedições na região foram lideradas por Pedro de Alvarado, Alonso Dávila e Francisco Gil Zapata, quem de fato foi o primeiro a escravizar índios e saquear seus assentamentos na região (VOS; 1988). A população indígena de Chiapas, entre 1528 e 1611 reduziu cerca de 65%. O assentamento Espanhol ocorre de maneira mais definitiva em 1530, com a criação da *Alcadía Mayor de Chiapa*, empreendimento teológico e econômico colonial que garantia a agregação daquele território à Nova Espanha. (ALKMIN; 2015)

Durante a conquista do território mexicano Chiapas foi fonte de mão de obra autóctone, explorada pela empresa colonial espanhola. Alkmin (2015) explica que Chiapas era uma província economicamente pobre, periférica, com poucas vias de comunicação, sem portos e sem produtos valorizados no exterior, sobretudo riquezas minerais. Desse modo, o meio de extrair riqueza daquele território era o uso da mão-de-obra da extensa população indígena, que à época somavam por volta de 350 mil indígenas (Vos, 2010, apud ALKMIN; 2015).

Todo os nativos foram, conforme explica Alkmin (2015) automaticamente transformados em súditos da coroa Espanhola, centralizada na figura de Carlos I. O destino dessa população podia ser dois: escravização ao serem vendidos para Antilhas e Peru ou explorados por formas compulsórias de trabalho, como pelo sistema de *encomiendas*, anteriormente exposto.

Para o sucesso da empreitada colonial em terras Maias a igreja desempenhou papel fundamental. A ordem dominicana, responsável pela evangelização dos indígenas não somente agiu em termos de dominação cultural, mas também foi decisiva para a apropriação de terras indígenas, bem como de seus corpos. A divisão de terras na América Espanhola era categorizada entre propriedades fundiárias dos colonos espanhóis, a propriedade de Igreja e a propriedade das aldeias indígenas. Alkmin (2015) ressalta ainda que as terras indígenas foram paulatinamente sendo alienadas pela igreja e a população indígena foi estrategicamente reorganizada em *pueblos*, de forma a facilitar o controle político e ideológico sobre as mesmas.

O controle da terra e do trabalho (por meio de *encomiendas*, tributos e escravização) durante o período colonial foi a veia constituidora do México e da América Latina pós-colonial. Esse processo, como argumenta-se nesse trabalho para além de seu efeito na época da conquista afetou decisivamente a inserção econômica de países subalternos no capitalismo moderno.

Desse modo, a exploração ocorrida em terras americanas teriam sido formas primitivas de transferência de renda ainda observáveis no capitalismo moderno:

[...] estas são formas de transferência da renda da terra de origem pré-capitalista, ainda que também apareçam sob a égide do capitalismo [...]. Apesar de coexistirem em um mesmo período, observa-se uma gradual transição da transferência da renda em sua forma mais básica, a do trabalho, para a renda em espécie e, posteriormente, para a renda em dinheiro, sua forma mais desenvolvida. Ainda que todas se originem do trabalho do produtor, indicam claramente a obrigação de uma crescente vinculação ao sistema econômico colonial a partir das relações monetárias e de mercantilização da produção. (OLIVEIRA, 2007, p.58 apud ALKMIN; 2015)

Desse modo, o próximo capítulo intenta analisar as expressões modernas da exploração indígena no México, em termos de terra e trabalho. Para isso discorre-se sobre a Revolução Mexicana, suas causas e seus efeitos sobre a posse de terra indígena. É possível então entender a marginalização e o drama ao final do século XX das populações nativas mexicanas como origem para o levante Zapatista de 1994, melhor exposto no capítulo 3.

3. O COLONIALISMO NO MÉXICO DO SÉCULO XIX E XX

A expansão geográfica empenhada no processo de colonização foi ao mesmo tempo fonte de matéria prima e fonte de mão de obra para as metrópoles colonizadoras, primeiramente Portugal e Espanha, depois Inglaterra. Segundo Ballestrin (2013) essa oportunidade de acumulação primitiva do capital por essas nações são fatores importantes para explicar a realidade social-econômica-étnica da recém-criada América Latina.

Ademais, quando as instituições coloniais caem e os países latino-americanos se tornam independentes a colonização em si não finda. Ocorre sobre outra faceta, mas ainda assim segue a mesma lógica de extração de recursos naturais e uso de mão de obra latino-americana subvalorizada. Configurando, portanto, um fluxo do poder, que se origina em nações centrais principalmente europeias e nos Estados Unidos da América e tem efeitos sobre países subalternos no capitalismo. Nesse contexto, a modernidade da latino-américa apresenta os mais diversos desequilíbrios. Para fins deste trabalho destaca-se a alienação e exploração econômica de terras indígenas e a inserção marginal dessas comunidades em sociedades urbanas modernas.

Nesse sentido a Revolução Mexicana consegue bem exemplificar os efeitos que perduraram desde a colonização e que ainda movimentam anseios e lutas indígenas. Especialmente na questão agrária, principal conquista da Revolução para as comunidades autóctones. Retoma-se então, ainda que de maneira breve a história desse processo tão importante para entender o levante Zapatista de 1994.

3.1 A Revolução Mexicana e Emiliano Zapata

A revolução Mexicana sintetizou uma insatisfação generalizada da sociedade mexicana com Porfirio Díaz, presidente que comandava o México desde 1876, quando se autoproclamou presidente da república. Barbosa (2010) explica que em 1910, ano eleitoral, os mais diversos setores da sociedade mexicana reuniram-se ao redor de Francisco Madero, candidato que enfrentava Díaz, que disputava sua sétima reeleição consecutiva. Entre estes setores podemos citar as elites agrárias e industriais, setores da burguesia, operários que buscavam melhores condições de vida e liberdade política, bem como os camponeses do Sul do país, que tinha terras expropriadas e eram fortemente perseguidos pela ditadura porfirista.

A revolução, segundo Barbosa (2010) teve então três grandes momentos. Entre 1910 e 1914 houve um período de crise que ajudou na mobilização das forças que comporiam a

revolução, entre 1914 e 1915 as forças camponesas experimentaram a vitória ao comandar o país e realizarem reformas, sobretudo agrárias. E a terceira fase da revolução ocorre entre 1915 e 1920, com a pacificação da revolução, o assentamento definitivo do novo governo e a promulgação da constituição de 1917.

O primeiro momento da revolução, foi a fase Maderista: após Madero iniciar sua campanha eleitoral pelo país foi preso, o que gerou naturalmente revolta pelo país. Para afastar Madero da cena política mexicana Porfirio Díaz o exilou. No exílio redigiu o Plano de San Luis Potosí, manifesto que fazia demandas políticas e falava também sobre a questão da expropriação de terras indígenas. O plano aliado à insatisfação geral com a gestão Díaz foi capaz de dar o pontapé inicial na revolução e destituir este governo, não foi, entretanto, capaz de manter a solidez do grupo revolucionário que se dividiu entre as mais diferentes bandeiras com objetivos diversos.

Isso porque Madero uma vez eleito foi hostil as transformações sociais, ao movimento operário no Norte e aos zapatistas no Sul que tinham sido fundamentais para a destituição de Díaz. Apesar disso foi um governo democrático. Politicamente já debilitado pelas controvérsias e por revoltas armadas o governo de Madero é destituído e a revolução tem seu primeiro revés com o empossamento de Victoriano Huerta. (BARBOSA; 2010)

O governo de Huerta foi um governo contrarrevolucionário e na tentativa de dar fim a Revolução enfrentou resistências interna e externamente. Internamente, os zapatistas sob o comando de Emiliano Zapata, a torrente Villista comandada por Pancho Villa e frentes constitucionalistas. Externamente, as nações principalmente os Estados Unidos da América não reconheceram de imediato Huerta como chefe da nação, causando profundos danos econômicos, ao país que a essa altura estava caótico. Os norte-americanos tentaram ainda uma invasão militar para destituir Huerta, que fracassou. Com tantas crises Huerta renunciou e Venustiano Carranza foi eleito presidente provisório. A revolução fragmenta-se ainda mais, os revolucionários se dividem em dois grandes grupos, os liberais mais próximos da questão trabalhista e a força camponesa, liderados por Zapata e Villa. Barbosa (2010) explica que a ala camponesa (formada majoritariamente por indígenas) da revolução tinha como objetivo a devolução aos *pueblos* das terras expropriadas durante o governo Díaz. O segundo grupo além de possuir demandas mais homogêneas possuiu maior relevância no processo de conquistas agrárias históricas pelos indígenas mexicanos:

No processo revolucionário mexicano, o Exército do Sul representou a evolução mais profunda das lutas camponesas ao longo da história desse país. Deve-se aos

camponeses indígenas e mestiços de Zapata, mais do que a qualquer outro dos grupos revolucionários, a orientação fundamentalmente agrária da Revolução Mexicana. Graças a eles, a Revolução assumiu as proporções de uma revolução social, visto que os demais movimentos revolucionários eram antes de tudo políticos. (BARBOSA; 2010, p. 79)

Tem início o segundo momento da revolução, Zapatistas e Villistas tomam o controle da Cidade do México e governam entre 1914 – 1915 por meio do Conselho Executivo da República Mexicana. O Conselho faz importantes reformas no estado como apontado por Barbosa (2010): reforma agrária, leis eleitorais, autonomia dos municípios, direitos trabalhistas e também eliminaram as *tiendas de raya*, armazéns onde camponeses e operários eram obrigados a comprar e gastar todo seu salário, mantendo-os dessa forma presos as fazendas e eternos subordinados a seus patrões. Após esse breve ínterim, com apoio dos exércitos constitucionalistas o poder volta para Venustiano Carranza, que toma a frente da reforma das leis agrárias que os zapatistas recém implantaram. De modo geral, as reformas agrárias bem como sociais propostas pelo governo Carranza tiveram um perfil progressista e intentavam sobretudo tirar o protagonismo dos zapatistas na hegemonização do movimento social das classes subalternas.

As táticas políticas e militares constitucionalistas surtiram efeito e em 1915 os Zapatistas e Villistas já haviam recuado e separados geograficamente, o estágio de pacificação e estabilização da revolução havia chegado. O setor burguês da revolução voltou ao poder e se enraizou, de modo que em 1917 foram iniciados os trabalhos da Assembleia Constituinte, formada por líderes das frentes políticas e exércitos vencedores, bem como a formalização de uma nova Câmara Legislativa.

A constituição de 1917 foi promulgada e é considerada progressista para a época, isso foi uma consequência direta da necessidade de pacificação do país com os movimentos de massa, sobretudo Zapatistas e Villistas. E, portanto, representavam os interesses da luta camponesa. Barbosa (2010) aponta os artigos mais avançados dessa constituição para a época:

A nova carta trata das garantias democráticas; da organização jurídica; da eliminação da participação religiosa na educação; da reforma agrária e da proteção à pequena propriedade e às terras comunais [...] e da delimitação dos direitos e garantias ao trabalhador. (BARBOSA; 2010, p. 91-92)

A revolução toma após isso outros contornos, em 1920 Carranza é assassinado e Huerta assume a presidência e comanda um governo que deixaria marcas na democracia, ficando conhecido como o início da dinastia *sonorense*. Entretanto, atenta-se nesse trabalho às importantes conquistas pelas quais os camponeses indígenas que no sangue carregavam a tradição guerreira dos povos Maias tinham lutado e conseguido por meio da promulgação da

nova constituição. A luta pela terra e pelas comunidades comunais pode ser cristalizada no artigo 27 da constituição.

“o artigo 27 da Constituição do México de 1917 representou um enorme avanço no sentido da proteção da pessoa humana, já que relativizou o "sagrado" direito à propriedade privada, submetendo-o incondicionalmente ao interesse de todo o povo”.(ALVES; 2006, não paginado)

Assim, foram criados os *ejidos*, propriedades de terra de uso da coletividade indígena, inalienáveis e que podiam apenas ser transferidas como herança, sendo assim, uma grande conquista da Revolução Mexicana de Villa e Zapata no que tange à gestão da terra praticada por Porfirio. Os *ejidos* também carregavam significados mais longínquos no tempo, uma vez que podem ser vistos como a devolução histórica desses territórios que durante toda a história Mexicana haviam sido usurpados da população nativa. Com a atuação Zapatista na Revolução Mexicana essas terras voltavam, por via constitucional à posse dos povos nativos.

De acordo com Barbosa (2010, p. 80, apud CHEVALIER, 1960) “o levante zapatista não é um fenômeno isolado, extraordinário e único como nos apresentam alguns historiadores da Revolução Mexicana, porque parece melhor como a explosão da zona mais crítica, deste profundo mal-estar social, cujas manifestações mais evidentes haviam sido a bandidagem [...] e, sobretudo a sucessão quase ininterrupta de insurreições de indígenas e de camponeses, por motivos essencialmente agrários. ” A questão agrária foi também o ponto de união entre Emiliano Zapata e os indígenas de Morelos. É importante ressaltar esse fato pois, apesar de ter sido protagonista na luta pela terra indígena Zapata era um mestiço de pele negra que gozou de relativo conforto na sua infância. É útil, portanto, explicar os fatores que aproximam Zapata do movimento indígena e da revolução.

Emiliano Zapata nasceu em 1879 em Anecuilco, no estado de Morelos no México. Rolls (2011) aponta que apesar de não ser rica a família Zapata não estava entre as mais pobres. Seus pais eram livres e possuíam uma pequena propriedade, conhecida como *ranchero*. O sustento da família era uma pequena criação de gado e cavalos, que os proporcionavam uma vida confortável, vida que os trabalhadores das *haciendas* ao redor absolutamente não desfrutavam dado o caráter semi-escravo a que os *campesinos* estavam sujeitos.

Em 1888 um fato marca Emiliano, sua primeira indignação com a política fundiária de Díaz: como explica Stephen (2002, p. 47, apud Lucio, 1935b) Zapata viu aos nove anos de idade as terras de seu pai serem expropriadas por um *hacendado*. Segundo Rolls (2011) ao longo dos anos 1880 Zapata testemunhou também a resistência indígena em algumas ocasiões, numa vila próxima à Anecuilco *campesinos* resistiram à tentativa de apropriação de suas terras

por uma *hacienda*, a resposta veio pouco tempo depois, quando a vila ardendo em chamas veio ao chão. Sua empatia com o movimento indígena começa, portanto, desde a mais tenra idade. Sua comunicação com os indígenas se tornou cada vez mais intensa e segundo Barbosa (2010) Zapata falava de igual para igual com estes. Uma vez que sua criação, apesar de não ter sido a de um camponês mexicano típico do período estava inserida na tradição camponesa - Zapata era cuidador de cavalos junto com o pai e o irmão.

Rolls (2011) aponta que a família de Zapata, especialmente o pai de Emiliano, Gabriel Zapata preferia que a família adotasse uma postura de neutralidade frente aos conflitos por terra, aceitando o autoritarismo dos *hacendados*. Uma vez que, necessitavam manter de uma boa relação com os latifundiários, que esporadicamente conseguiam empregos temporários para Gabriel e faziam negócios com a família. Em 1897 Zapata foi preso pela polícia local e se empenhou mais ainda na oposição às *haciendas*. Zapata é enviado então, a contragosto, ao exército, essa é uma das fontes de táticas militares e experiência no combate armado, era reconhecido como exímio cavaleiro armado de lanças e adagas. (Barbosa, 2010, p. 81). Barbosa (2010) explica ainda que após esse período Zapata cuida de cavalos de um grande proprietário na Cidade do México o que o proporcionou também experiência urbana.

Barbosa (2010) afirma que Zapata adotou na sua maturidade um pensamento mais radical e jacobino, o que gerou o Plano Ayala, numa radicalização da proposta da reforma agrária, proposto ao país na época em que Zapatistas e Villistas mantinham o controle da capital. Algumas propostas do Plano Ayala sobrevivem a morte de Zapata e foram incorporados na constituição de 1917.

Após a revolução mexicana e a morte de Zapata em uma emboscada em 1919 seu legado continuou ecoando tanto na constituição, quanto nos movimentos modernos que lutam pela questão agrária mundo afora. Rolls (2011) salienta que no México, Zapata é considerado herói nacional e lembrado como uma das figuras mais importantes do século XX. Além disso, o dia de sua morte é um dia de luto nacional no México, onde ocorrem discursos para lembrar sua luta e sua carreira revolucionária na defesa dos interesses indígenas e camponeses mexicanos.

4. AS RESISTÊNCIAS DECOLONIAIS E O MOVIMENTO ZAPATISTA MODERNO

No ímpeto da busca pelo progresso e desenvolvimento várias receitas foram prescritas para os países subdesenvolvidos, em especial para a América Latina. Acosta (2016) data de 20 de janeiro de 1949 a institucionalização do desenvolvimento como proposta global. Nessa data Harry Truman classificou a maior parte do mundo como sendo “áreas subdesenvolvidas”. E anunciou que todas as sociedades teriam que perseguir uma só meta: “o desenvolvimento”. As recomendações para alcançar o desenvolvimento vieram das mais diversas formas.

Pode-se lembrar aqui do Consenso de Washington formulado em 1989 por instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos da América que propugnava como fórmula para a saída do estágio de subdesenvolvimento políticas liberalizantes, como privatizações, abertura comercial, desregulamentação, redução do gasto público, etc. Rodrik (2006) avalia que o consenso de Washington foi seguido, com menor ou maior intensidade em toda a América Latina, África Subsaariana e em países do leste europeu. O resultado em termos de crescimento e geração de riquezas foi pífio como Rodrik (2006) aponta:

A única coisa que de uma maneira geral é consenso sobre as conseqüências dessas reformas é que as coisas não deram certo como planejado. Até o mais fervoroso defensor do Consenso de Washington agora admite que o crescimento ficou abaixo das expectativas na América Latina (e a "crise de transição" mais profunda e maior do que o esperado nos antigos países socialistas que seguiram a agenda de reformas). (RODRIK; 2006, p. 974 – tradução livre)

Além disso, basta recorrer à história recente da América Latina que é possível perceber que as agendas liberalizantes se impuseram como elementos centrais para as decisões econômicas da maioria dos países do continente. Sobre isso, Martinez e Oliveira (2016) explicitam que o modelo neoliberal nascido no fim dos anos 80 seria até 2002 a principal fonte de estratégias econômicas e sociais para a maior parte da América Latina.

A gênese desse modelo são os países desenvolvidos, as nações centrais no capitalismo moderno, sobretudo as ideias de Hayek, Von Mises e Friedman. Essas ideias, foram na modernidade atualizadas e espalhadas de forma hegemônicas nas nações periféricas. De modo que, as especificades e particularidades de cada país em termos sociais, culturais e ambientais ficam de fora da análise.

Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo a sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito mais parecido com o movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado (ANDERSON, 1995, p. 22 apud MARTINEZ *et al.*, 2016)

Pode-se então, analisar essa agenda de reformas como uma expressão recente do colonialismo, em que um fluxo de poder oriundo de outros países se impõe e se apossam das decisões internas de países subalternos. Para Acosta (2016) a busca pelo desenvolvimento por meio de propugnações estrangeiras consolidou na modernidade uma “estrutura de dominação dicotômica: desenvolvido-subdesenvolvido, civilizado-primitivo, avançado-atrasado, pobre-rico, centro-periferia.” Essa estrutura em muito se assemelha com a colonização, apesar de ocorrer por outras vias que não a força e invasão, deixando ainda assim marcas profundas e reais na economia e na sociedade latino-americana.

Desse modo, a tarefa de constante descolonização do saber e do ser proposto por Acosta (2016) naturalmente se estende sobre as decisões de política econômica que afetam a vida da população em geral, em especial as camadas populares. As classes economicamente vulneráveis, por serem os principais beneficiários por políticas de bem-estar social, de serviços públicos vitais como saúde e educação gratuitos sentem com maior intensidade os efeitos de cortes nos salários, privatização de serviços públicos e a queda no estado de bem-estar social.

Desse modo, intentando um desligamento com a estrutura centro-periferia expressa no consumo, relações sociais e políticas econômicas de países subalternos surgem os movimentos que propõem de uma perspectiva decolonial uma mudança na sociedade. Mudança que atingiria (e atingem) os mais diversos aspectos da sociedade. A tarefa apesar de parecer utópica tem diversas faces de luta, e alcançam em menor ou maior medida o proposto.

Os movimentos político-sociais que propõem a descolonização são diversos. São exemplos marcantes também os movimentos contemporâneos de luta de povos marginalizados, sobretudo camponeses. Além dos movimentos que emergem agora como utopias mas têm em si a latente aspiração por uma nova sociedade. Desse modo, discute-se a seguir as principais proposições decoloniais que apresentam uma alternativa ao modelo de desenvolvimento e sociedade hegemônicos que perpassam nossa vida cotidiana nos mais diferentes aspectos e são uma expressão do colonialismo mental e social moderno.

4.1 Movimentos decoloniais na América Latina

O *Buen Vivir* é um movimento decolonial proposto por grupos indígenas da América Latina e que surgiu como uma alternativa a noção de desenvolvimento a qualquer custo, ao capitalismo global e suas tendências liberalizantes que ajudam a perpetuar a marginalização de povos nativos. As propostas desse movimento se baseiam na proteção da natureza como críticas

à modernidade ocidental são diversas e dizem respeito ao uso dos recursos naturais, da interação das pessoas e das relações de poder assentadas na centralidade do estado. Sendo assim, o *Buen Vivir* propõe nas palavras de Alberto Acosta (2016):

A tarefa de reconstrução/construção do *Buen Vivir* é, portanto, descolonizadora (e despatriarcalizadora, é claro). Estabelece definitivamente uma cosmovisão diferente da ocidental ao surgir de raízes comunitárias não capitalistas. Rompe igualmente com as lógicas antropocêntricas do capitalismo como civilização dominante e também dos diversos socialismos realmente existentes até agora. O *Buen Vivir*, em suma, propõe uma mudança da civilização. (ACOSTA, 2016, p. 210)

Essa mudança de civilização seria baseada na construção coletiva, ecológica e solidária de nossa economia. As raízes do *Buen Vivir* se baseiam nas sociedades autóctones já existentes na América Latina, que durante muito tempo foram capazes de sobreviver e se multiplicar de maneira sustentável e saudável com o meio-ambiente. A construção, entretanto, não se espelha nessas sociedades usando-as como modelo, mas sim em um “diálogo permanente e construtivo de saberes e conhecimentos ancestrais com a parte mais avançada do pensamento universal, em um processo de contínua descolonização da sociedade.” (ACOSTA, 2016, p. 209)

No calor da escrita desse trabalho surge ainda outro movimento decolonial digno de nota, o projeto “A Cecília” que pretende organizar “relações sociais através de outro paradigma”. De posse de extenso terreno no sul de Minas Gerais o casal Olivia e Didier Laffon Caldeira propõe a formação de uma sociedade libertária, anarquista e comunitária. A base para o projeto é o entendimento da insustentabilidade do modelo capitalista neo-liberal global, nas palavras dos promotores: “*Le capitalisme [...] menace non seulement l'être humain, mais aussi l'écosystème planétaire dans son intégralité.*” “O capitalismo [...] ameaça não somente o ser humano, mas também todo o ecossistema global”. Os pormenores do funcionamento dessa sociedade são descritos por Caldeira & Caldeira (2019) na apresentação e convite aberto para participar do projeto, na proposta fica claro que estruturas de poder são rechaçadas ao mesmo passo em que são propagadas formas de energia limpa e gestão consciente dos recursos naturais.

Vale lembrar também dos movimentos brasileiros como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Esses movimentos atuam no cenário urbano e rural, resistindo à lógica do neoliberalismo global, reivindicando por exemplo, o uso social da terra, a reforma agrária e a reforma urbana. É possível notar que esses movimentos assumem pressupostos decoloniais na medida em que resistem à desigualdade sócio-espacial que perdura desde o encontro colonial no século XV (CAMPOS e SILVA; 2016). Criticando na modernidade a lógica mercantil de gestão de terras e do espaço urbano que segregam e excluem as classes mais baixas.

Apesar do Brasil possuir legislações que versam sobre a posse de terras e imóveis urbanos muito pouco foi feito para as populações rurais e urbanas, desalojadas pelos megaprojetos, pelo agronegócio em larga escala ou marginalizados pela sociedade. A constituição de 1988 assegura o direito à terra e a desapropriação dos latifúndios improdutivos para fins de reforma agrária.

Desse modo, o MST surge como um grupo popular que realiza pressão política ao lutar pela dignidade de moradia. Esse movimento não só faz a lei ser cumprida mas também integra populações historicamente marginalizadas. Isso pode ser percebido, por exemplo, nas conquistas do MST de assentar mais de “350 mil famílias em terras desapropriadas, a criação de 100 cooperativas, 96 agroindústrias e 19,9 mil associações nos assentamentos” (CAMPOS e SILVA, 2016, p. 4).

Já o MTST, embora inserido em outro contexto geográfico tem uma luta similar ao do MST. Isso porque o MTST enxerga no grande déficit habitacional brasileiro uma injustiça perpetrada pelo neoliberalismo que não se atenta (ou não se importa) com brasileiros que vivem em situação de vulnerabilidade. Os dados da Fundação João Pinheiro de 2013 mostram que àquela data, 22 milhões de brasileiros (10% da população do país) não possuem moradia. E destas 22 milhões de pessoas, cerca de 43% vivem em situação de coabitação familiar. Outros 31% são impelidos a comprometer grande parte de sua renda com aluguel. Há ainda outros que vivem em casas precárias ou em cortiços (CAMPOS e SILVA, 2016, p. 6).

4.2 O Movimento Zapatista e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)

Finalmente aborda-se o Movimento Zapatista moderno, seja pela sua resistência contra os padrões ocidentais de ser e de fazer economia, seja pela luta contra a subjugação da população indígena no contexto do neoliberalismo global. A seguir discorre-se sobre as principais considerações a respeito do movimento, resgatando sempre sua faceta decolonial sem deixar de lado as análises empíricas que são esclarecedoras do processo de construção coletiva, solidária e ecológica de uma sociedade

O Movimento Zapatista saltou aos olhos do mundo em janeiro de 1994, quando o Exército Zapatista de Libertação Nacional tomou diversos prédios públicos nas cidades de San Cristobal de las Casas, Ocosingo, Las Margaritas, Altamirano, Chanal, Oxchuc e Huixtan no estado de Chiapas, sudeste do México. Suas reivindicações, expostas nas “Declarações da Selva Lacandona”, apontavam para a insatisfação com o governo federal, especificamente a gestão do então presidente Carlos Salinas de Gortari e suas políticas neoliberais.

Para bem entender os anseios e demandas zapatistas faz-se necessário antes entender o processo pelo qual passava o México à época. Salazar (2004) expõe que o México experimentava desde 1982 o projeto neoliberal, que perpassou três governos (1982 – 2000) e que se traduziu no abandono do estado interventor, assim como de sua responsabilidade social. O mandato de Carlos Salinas de Gortari está inserido nessa tradição, tendo durado de 1988 a 1994.

O governo de Salinas instituiu em seu governo políticas econômicas liberalizantes, de acordo com as diretrizes propostas pelo FMI e pelo Banco Mundial, alcançando relativo êxito na condução de política econômica. Isso pode ser conferido por exemplo, pela redução da inflação que em 1988 era de 80% e em 1994 figurou apenas 7,1% (SALAZAR; 2004). Desse modo, a gestão de Salinas ao buscar o saneamento das contas públicas teve oportunidades de renegociação da dívida externa e de uma inserção mais sólida no comércio internacional. Essas oportunidades se traduziram em última instância na participação por parte do governo mexicano das negociações que resultaram na criação do Tratado de Livre-Comércio da América do Norte, o NAFTA.

Para a inserção no NAFTA, além da implementação das políticas econômicas de cunho liberal supracitadas ocorreram modificações constitucionais nos artigos 3, 27 e 130 que constituiriam o último passo para adesão ao grupo. Essas decisões, apesar de decisivas para a consolidação do México como um país em vias rápidas para alcançar o desenvolvimento prejudicavam a parte da população mexicana historicamente mais marginalizada: as comunidades indígenas. Buenrostro explica que

Enquanto para os revolucionários burgueses e a sociedade mexicana, em geral, o progresso era entrar e se adequar ao movimento de modernização existente na Europa e nos Estados Unidos, os indígenas e, concretamente, os zapatistas buscavam promover os recursos humanos, naturais e culturais do México. Eles tinham a visão de um México profundo, capaz de realizar o crescimento autônomo de seus valores culturais. (Buenrostro, 2011 apud RIVELLO e PIMENTA, 2006)

Isso porque, como já visto o artigo 27 da constituição mexicana de 1917 garantia a existência dos *ejidos*, propriedades comunais de terra de grande importância para a cultura e sobrevivência digna das comunidades indígenas, ainda que estivessem inseridas no capitalismo global. De modo que a perspectiva de realização de megaprojetos, a inserção no comércio internacional e a adoção de políticas neoliberais ameaçavam várias etnias indígenas que habitavam a região da Selva Lacandona. Desse modo, o estopim do levante zapatista pode ser considerado o ingresso no NAFTA pelo México, apesar de não ser a única causa. A data escolhida para o levante foi primeiro de janeiro de 1994, o dia de consolidação do acordo e que

simbolizavam para os já marginalizados indígenas a destruição dos direitos conquistados pela ala revolucionária camponesa da revolução de 1917: Villa e Zapata, que são em última instância (como sugere o nome do movimento) suas maiores influências, como propalado pelo porta-voz do movimento Subcomandante Marcos.

[...]a ditadura porfirista nos negou a aplicação justa das leis de Reforma e o povo se rebelou criando seus próprios líderes, assim surgiram Villa e Zapata, homens pobres como nós, e quem se negou a preparação mais elementar, para assim utilizar-nos como bucha de canhão e saquear as riquezas de nossa pátria, sem importar que não tenhamos nada, absolutamente nada, nem um teto digno, nem terra, nem trabalho, nem saúde, nem alimentação, nem educação. (EZLN, 1994, não paginado)

Apesar de irromper em luta em 1994, o surgimento do movimento Zapatista e o Exército Zapatista de Libertação Nacional datam de 17 de novembro de 1983. Data em que chegaram a Chiapas cinco militantes remanescentes dos protestos de 1960 contra o governo que resultou no massacre de 1968 na cidade de Tlatelolco. O destacamento guerrilheiro começa então a fazer treinamentos na Selva Lacandona, território de difícil acesso que poderia ser fonte de dificuldades para o Exército Federal. De modo que ao passar dos anos, o EZLN começa a ter um contato mais próximo com as comunidades indígena da Selva e cooperam mutuamente. Ao longo dos anos os indígenas viraram maioria no EZLN e o exército, assim como as comunidades indígenas passam por mudanças numa constante troca de conhecimento e valores. (GENNARI, 2010)

Ao longo dos anos o exército se solidifica e detém mais armas, usadas no início como proteção contra os jagunços que expropriavam terras indígenas na região para os grandes fazendeiros. As armas são adquiridas, de acordo com o Subcomandante Marcos da compra individual pelos membros, da polícia e Exército mexicano que vendem armas apreendidas ao mercado negro, dos jagunços derrotados e também há no meio camponês armas rudimentares como escopetas de caça também aglutinadas ao EZLN. (Vários autores, apud GENNARI, 2010)

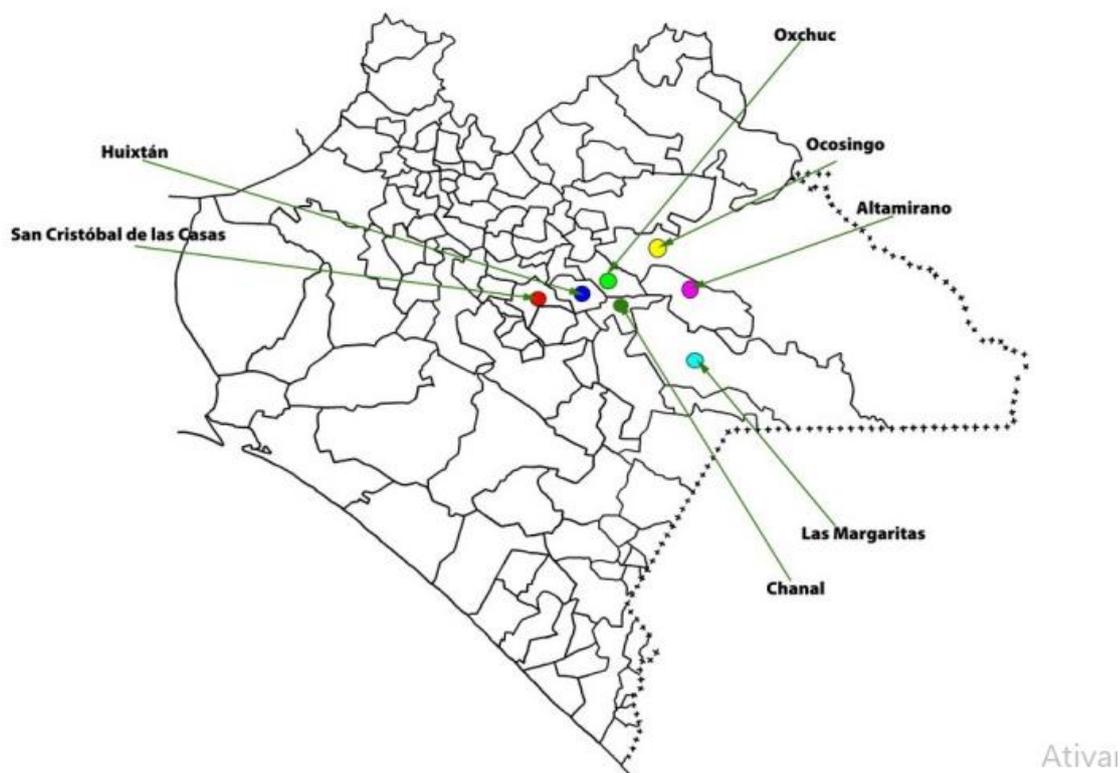
Em 1988 a atuação e entrosamento do EZLN junto às comunidades indígenas se intensificam. Gennari (2010) explica que a piora nas condições de vida indígenas (epidemias, miséria) durante o governo de Salinas, a realização de que o Exército Federal não possui habilidade para a luta na selva após uma operação fracassada e a reforma ao artigo 27 são os principais fatores que levaram o EZLN por meio de assembleias e votações nominais e individuais junto as comunidades indígenas decidirem pegar em armas.

Esta decisão não altera apenas os planos e os programas do treinamento militar destinados, até então, a defender os povoados em caso de agressão, mas também a estrutura e a direção do EZLN. Em dezembro de 1992, se estabelece que as comunidades indígenas devem assumir o controle de toda a organização político-

militar. Em janeiro do ano seguinte, os representantes das etnias indígenas e das áreas nas quais se desenvolve o trabalho de organização assumem oficialmente a direção do movimento e, com ela, o nome e o ritmo do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, o Comando Geral do EZLN. (GENNARI, 2010)

Em 1º de janeiro de 1994, homens e mulheres de rosto coberto e armas em punho ocupam as cidades de San Cristóbal de Las Casas, Altamirano, Las Margaritas, Oxchuc, Huixtán, Chanal e Ocosingo, todas cidades importantes de Chiapas, que podem ser conferidas na figura 2.

Figura 2 – Cidades ocupadas pelo EZLN em 1 de janeiro de 1994



Fonte: adaptado de Silveira (2018)

Na sacada principal das sedes dos governos municipais das sete cidades é lida a primeira Declaração da Selva Lacandona, documento que registrava parte da história do grupo e suas demandas, que são categorizadas em onze: “trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz.” (EZLN, 1994). O entendimento de que o EZLN advém de um passado de luta que remonta à colonização e pode ser lido como uma luta decolonial também pode ser extraído da primeira Declaração da Selva Lacandona:

Somos produto de 500 anos de lutas: primeiro contra a escravidão, na guerra de Independência contra a Espanha encabeçada pelos insurgentes; depois para evitar sermos absorvidos pelo expansionismo norte-americano; em seguida, para promulgar nossa Constituição e expulsar o Império Francês de nosso solo; depois, [contra] a

ditadura porfirista. [...] Os ditadores estão aplicando há muitos anos uma guerra genocida não declarada contra nossos povos (EZLN, 1994, não paginado)

Segundo Gennari (2010) o governo de Salinas respondeu ao levante com execuções sumárias, torturas, bombardeios na Selva Lacandona, tentou deslegitimar também o movimento o comparando com facções de narcotraficantes e oferece perdão àqueles que concordarem em entregar as armas e pedir perdão. O EZLN naturalmente recusa a oferta e a luta continua. De acordo com Hilsenbeck Filho (2004) a comunicação do Exército Zapatista com a sociedade civil se intensifica e ocorre por meio de cartas e comunicados pela internet e das Declarações da Selva Lacandona (no total foram 6 Declarações emitidas). Isso atraiu solidariedade nacional e internacional, de modo que a sociedade civil organiza marchas e protestos demandando o fim pacífico da situação por meio de uma solução política. Esses fatores foram decisivos para que Salinas encerrasse o enfrentamento armado contra o EZLN após doze dias de luta (cabe lembrar que 1994 foi um ano eleitoral e portanto, o carisma da população era essencial para uma possível reeleição).

As negociações com o governo se iniciaram em 20 de fevereiro e terminam menos de 15 dias após essa data, com ainda mais intrigas entre governo e Zapatistas. A negociação ainda em cessar-fogo é levada a cabo diretamente com a população mexicana. As demandas anunciadas na Segunda Declaração (EZLN, 1994) evidenciam que apesar da paz (intermitente) o EZLN ainda aspira à mudanças mais profundas na sociedade mexicana, movendo o centro do poder dos partidos políticos e da elite política para o povo. Pois, como declara o artigo 39 da constituição mexicana “a soberania nacional reside essencial e originalmente no povo. Todo poder público emana do povo e se institui em benefício dele” (MÉXICO, 1917). Artigo que claramente não estava sendo cumprido no México profundo, especialmente em Chiapas, onde as forças políticas além de serem omissas permitiam a perpetuação das más condições de vida indígena, como alega o subcomandante Marcos:

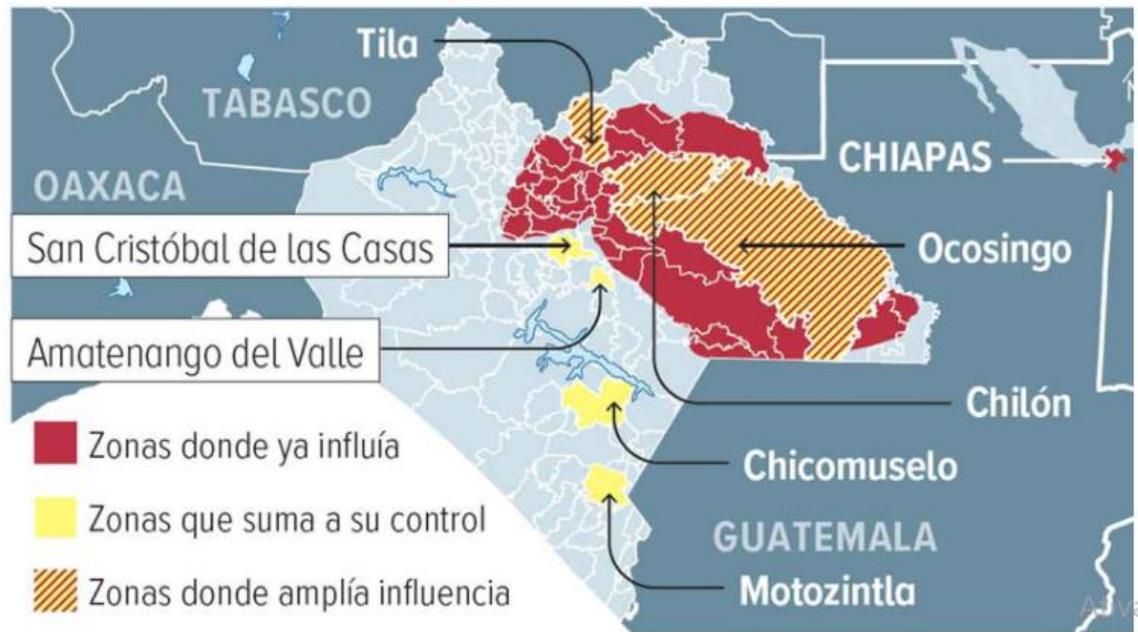
“[...] em Chiapas, as contradições e os contrastes assumem aspectos gritantes. Por exemplo, o seu território hospeda cerca de 82% de toda planta petroquímica do México e suas hidroelétricas produzem 20% da energia que o país precisa. Ainda assim, somente um terço das casas chiapanecas têm luz elétrica e a grande maioria das demais não possui sequer um lampião a gás. [...] Chiapas detém também 35% da produção mexicana de café. De suas florestas saem madeiras nobres e preciosas fontes de matérias primas para as indústrias de biotecnologia, ao mesmo tempo em que as fazendas ostentam cerca de 3 milhões de cabeças de gado. Apesar de toda esta riqueza, 54 em cada 100 moradores estão desnutridos [...]. A miséria [...] cobra o altíssimo preço de uma morte a cada 35 minutos. Só existem 0,3 leitos de hospital para cada mil chiapanecos. [...] de cada 100 crianças que freqüentam o ensino primário, 72 não terminam a primeira série e mais da metade das escolas não oferece nada além da terceira série do primeiro grau.” (EZLN, 1994 apud GENNARI, 2010, p. 6)

É possível perceber que a luta Zapatista irrompeu após anos de pressão e de uma cobrança assimétrica por parte do capitalismo e do sistema político mexicano sobre os indígenas chiapanecos, fatos amplamente comunicados com a sociedade civil. Um dos modos de aumentar o impacto da luta sonhadora zapatista foi por meio da convocação da Convenção Democrática Nacional, em que mais de 7 mil pessoas da comunidade nacional e internacional participaram. Entretanto, a luta armada deixou marcas e mais de duzentas mortes (de acordo com o governo federal 150 vidas foram perdidas).

Em fevereiro de 1996, governo e zapatistas firmaram o chamado Acordos de San Andrés sobre Direitos e Culturas Indígenas, que visava resguardar a vida dos indígenas e procurar uma solução pacífica para o conflito. Entretanto, em novembro, o EZLN suspende o diálogo alegando que o acordo não estava sendo cumprido pelo governo Mexicano (RIVELLO e PIMENTA, 2008). Os acontecimentos seguiram com o EZLN rompendo o cerco militar ao redor da Selva Lacandona, ocupando outros 38 municípios de Chiapas e os declarando como Municípios Autônomos em Rebelião. Segundo Gennari (2010) isso marcou o início de uma nova etapa na qual vários povoados de uma mesma região somam esforços para garantir a gestão coletiva dos recursos, o apoio recíproco, a defesa diante das agressões militares, os cuidados com a saúde e a educação, a produção dos mantimentos para a própria sobrevivência e para a dos integrantes do EZLN que se mantêm como exército permanente.

As decisões nas comunidades Zapatistas são tomadas por meio de assembleias, com votos individuais. Os Municípios Autônomos Zapatistas, como são conhecidos são coordenados por “conselhos autônomos” eleitos pelo povo e com alta rotatividade dos cargos. Os líderes municipais, regionais e até mesmo do próprio Comitê Clandestino (incluindo o subcomandante Marcos) não recebem salários, suas posições devem ser tão somente o que foi decidido nas assembleias sob pena de serem destituídos do cargo e um novo líder ser eleito. Atualmente, uma grande parte do território de Chiapas é formado por comunidades zapatistas. A figura 3 mostra os municípios com presença atual dos zapatistas.

Figura 3 – Territórios Zapatistas atuais e sua expansão territorial



Fonte: Jornal Excelsior (2019)

Como não reconhecem as fontes convencionais do poder Mexicano, as comunidades zapatistas aplicam a justiça seguindo outros preceitos, que são sobretudo baseados na experiência e cultura indígena. Nesse sentido (LE BOT, 1997 apud GENNARI, 2010) cita como exemplo um homicídio: se um homem matou outro homem a justiça federal o enviaria para a cadeia, deixando duas famílias desamparadas. De maneira contrária nas comunidades zapatistas um homicida ainda detém liberdade física, mas sua pena é moral na medida que deverá trabalhar para manter a viúva e os filhos, além da própria mulher e dos próprios filhos, é apontado como assassino sem ter mais nenhuma autoridade moral e nem direitos, que é o pior dos castigos. Sistema que resumidamente funciona bem, uma vez que “o indígena é muito sensível às pressões da comunidade. Por isso, é o conjunto da comunidade que obriga você a cumprir o seu dever, que pressiona ou reprime caso você não o cumpra.”

Desse modo, a luta, a identidade indígena do movimento e a autogestão dos municípios autônomos rebeldes cristaliza um sonho e uma luta histórica contra as elites políticas e econômicas mexicanas. Além disso, esses territórios ao resistir aos cercos militares, execuções e pressões do governo alimenta a esperança em um futuro digno e despratriarcalizado como indica um comunicado da Frente Zapatista de Libertação Nacional:

Nossos municípios autônomos são a esperança de um futuro digno para todos, um futuro baseado na educação voluntária e no respeito às diferenças, incluindo a dissidência. É um futuro que está em consonância com as nossas necessidades, culturas, esperanças e projetos comuns; é um futuro que temos em comum e, por isso, não está nos edifícios e suas leis e sua força não repousa num Estado repressor. Ao contrário, a sua força repousa no coração digno daqueles que o desejam, na maioria de nossos irmãos em mais de 100 comunidades; está na dignidade dos que lutam para vencer sem precisar pedir licença e depender da vontade dos outros. Suas esperanças

e possibilidades repousam na nossa história comum, na nossa língua, nos nossos costumes, nos nossos conhecimentos ancestrais, no trabalho cotidiano e comunitário, no desejo de criar um México do qual não sejamos excluídos. (EZLN, 1998, apud GENNARI, 2010)

Apesar de toda esperança do movimento, a transição para um estado de paz não ocorreu. Isso porque, as principais demandas do governo (rendimento incondicional do EZLN) eram rechaçadas pelos territórios rebeldes. As tentativas de diálogo resultaram diversas vezes em tentativa de prisão dos líderes comunitários, torturas, estupros, desalojamentos em massa, mas apesar dos abusos do governo o cessar-fogo persistiu, apesar de oficialmente o conflito ainda estar de pé e ter escalado durante o ano de 1995. Segundo Gennari (2010) haviam mais de 70 mil soldados na região da Selva Lacandona, as consequências foram um crescimento nas taxas de prostituição e alcoolismo na região, com a volta de doenças venéreas que se tornaram epidêmicas. Além disso, a presença militar na região também visava destruir as conquistas Zapatistas, como escolas, centro comunitários, bibliotecas, hospitais, plantações e alojamentos dentro dos territórios rebeldes. Ao longo do biênio 95-96 a luta zapatista ganha ainda mais apoio popular e a força política do zapatismo, apesar de provocante busca solidificar cada vez mais a dinâmica do poder de maneira contrária: fluindo de baixo para cima, como revela a Quarta Declaração da Selva Lacandona.

Uma força política que possa organizar as demandas e propostas dos cidadãos para que quem manda, mande obedecendo. Uma força política que possa organizar os problemas coletivos, mesmo sem a intervenção dos partidos políticos e do governo. Não necessitamos pedir permissão para sermos livres. A função do governo é prerrogativa da sociedade e é seu direito exercer esta função. Uma força política que lute contra a concentração da riqueza em poucas mãos e contra a centralização do poder. Uma força política cujos integrantes tenham como único privilégio a satisfação do dever cumprido. (EZLN, 1996, apud GENNARI, 2010)

A consolidação dessa força política atinge seu ápice em 2003, quando cerca de 20 mil indígenas zapatistas deixam suas comunidades nas montanhas e, de facão na mão, ocupam pacificamente a cidade de San Cristóbal de las Casas. Nos discursos, reafirmam sua luta de resistência, a solidariedade com os povos em luta e dirigem um apelo aos indígenas do México: “Chegou a hora em que todos nos organizemos e formemos nossos Municípios Autônomos. Não temos que esperar até que o mau governo nos dê permissão. Devemos nos organizar como verdadeiros rebeldes e não esperar que alguém nos dê permissão para sermos autônomos, sem lei ou com a lei”. A partir desse dia a autonomização dos territórios zapatistas alavancam e é necessário então a criação de uma infraestrutura que permita a sobrevivência da população zapatista.

Alguns feitos foram alcançados, como por exemplo um sistema de saúde que atende gratuitamente à população; 50 escolas e equipamento de outras 300; instrução e formação de dezenas de educadores; cooperativas para a criação de animas, hortaliças, tecido e mel; criação de uma fábrica de blocos para a construção de melhores moradias para a comunidade; oficinas de sapataria; distribuição de caixas d'água; compra de dois caminhões que permitem a formação de um centro regional destinado à produzir alimentos para os diversos municípios autônomos, etc. Todas essas realizações foram frutos da solidariedade nacional e internacional e da luta zapatista, que aos poucos contruiu a autonomia indígena nos territórios zapatistas. Além disso, nos territórios zapatistas o consumo e tráfico de drogas é proibido, o que diminui vertiginosamente os casos de violência doméstica. Apesar disso, o subcomandante Marcos confirma que há muito a se construir em termos de uma nova cultura familiar e de gênero. (GENNARI, 2010).

De outro lado, temos as conquistas políticas do movimento, que conseguiram implementar no seu território um esquema de governo que desincentiva a corrupção ao passo que integra toda a população no ato de exercer o poder. Rivello e Pimenta (2008) destacam que a organização dos territórios segue o seguinte esquema: um conjunto de municípios forma um Caracole, que tem como representação máxima uma Junta de Bom Governo. Cada Junta possui representantes dos municípios que formam o Caracole. O EZLN passa então a estar subordinado a essas organizações democráticas. Os representantes municipais nos Caracoles também não recebem salários (apenas ajuda de custo em caso de deslocamento) são substituídos a cada 15 dias por meio de votação e em caso de condutas autoritárias ocorre a destituição imediata. Assim, comportamentos oportunistas são prevenidos por um sistema de rápida punição e alta rotatividade dos cargos de poder.

Finalmente, pode-se perceber que o zapatismo, ao travar novas formas de fazer política, com um diálogo inclusivo e outras perspectivas para o futuro vão na contramão da modernidade. Segundo Hilsenbeck Filho (2004) “ a mercantilização das relações sociais e dos valores, eliminaria qualquer perspectiva utópica ou revolucionária de mudança social, deixando como legado para o século XXI a desilusão e a perda da esperança”. Esse panorama podia ser enxergado como o fim do sonho após a queda do muro de Berlim e da tentativa de pacificação do mundo com o imperativo do *homo economicus*. Entretanto, o levante Zapatista mostra, com seu exemplo de sangue e suor que há uma esperança para os povos marginalizados e que a união é o caminho para esse novo futuro. O movimento realiza esporadicamente o “Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo”, provocando o diálogo e a

perspectiva de construção democrática de uma nova Chiapas, de um novo México, de uma nova América Latina e de um novo mundo, sustentado sob outros preceitos que não o lucro.

O movimento inspirou diversas reflexões nas ciências sociais, nos círculos acadêmicos e nos movimentos sociais. Ainda assim, o movimento se depara com vários desafios à sua frente, o lobby das empresas de energia e do próprio governo sobre os direitos, reconhecimento e liberdade dos territórios rebeldes são grandes entraves para essas comunidades. Completados 25 anos de luta Zapatista, esse movimento se apresenta como valioso exemplo de luta contra neocolonialismos, expressos atualmente nas políticas neoliberais que ameaçam culturas, ecossistemas e a sobrevivência de povos tradicionais, sobretudo na América Latina.

5. CONCLUSÃO

Esse trabalho pretendeu investigar a colonização da América Latina e seus efeitos sobre os países colonizadores e colonizados, atentando-se para as populações indígenas e do campo. Para isso, foi traçado um panorama geral da colonização das Américas no século XV, o embate entre diferentes visões de mundo, sobretudo no processo de significação da terra e do trabalho. Após isso, tentou-se mostrar como os efeitos da colonização perduraram durante os anos e o colonialismo enfrentou várias batalhas para se perpetuar ao longo dos séculos. Uma dessas batalhas foi a Revolução Mexicana, que possuía caráter indígena e conquistou direitos expressos na constituição de 1917.

A luta camponesa contra a colonização e por melhores condições de vida não findou na atualidade, mas tomou outra faceta uma vez que o próprio colonialismo se modificou. Sendo assim, foi desenvolvida a ideia de que ainda hoje, por meio do neoliberalismo a América Latina segue refém das receitas impostas pelos países centrais, outrora colonizadores. Todo esse processo revela uma lógica e uma dualidade entre desenvolvido e não desenvolvido em que um fluxo de poder se apossa das decisões internas de países subdesenvolvidos e prejudicam os indígenas dando continuidade a um processo histórico.

Desse modo, é feita uma análise sobre o movimento zapatista e o Exército Zapatista de Libertação Nacional à luz do movimento decolonial. Esse movimento se opôs inicialmente à onda neoliberal no México a partir de 1990 e seus efeitos sobre a dignidade da vida indígena. Sendo assim, lutaram pela manutenção das conquistas adquiridas com a Revolução de 1910 tal como os *ejidos*. Pegaram em armas e o movimento se direcionou para a autonomização de diversos territórios no sudeste mexicano. Territórios que incorporaram à gestão política as cosmovisões das etnias Maias por meio do diálogo e de um esquema democrático direto. Esses territórios, mesmo após 25 anos de seu levante permanecem dando uma alternativa e exemplo vivo de luta contra a colonização do ser e do saber.

Sendo assim, análises mais extensas podem ser efetuadas no sentido de documentar com maior precisão às conquistas dos zapatistas entre todo seu período de existência. Essa análise pode dar subsídio para se questionar a ciência econômica enquanto propagadora de uma melhor alocação de recursos e de incrementos no bem-estar social uma vez que, apesar de contar com incriveis aparatos matemáticos e milhares de acadêmicos empenhados não consegue resolver um problema que já tem mais de 500 anos de idade. Pior ainda, se empenha na formulação de ideários, modelos e livros que normalizam e aceitam a pobreza e a miséria como fatores

constitutivos de uma sociedade “em desenvolvimento” como o México, ou o Brasil. A história Zapatista mostra, que mesmo sem o apoio do *mainstream* acadêmico é possível aumentar o bem-estar e alcançar a dignidade ainda que isso signifique pegar em armas e dizer “Ya Basta!”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. *O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo*. In: SOUSA, C. M., org. *Um convite à utopia* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Um convite à utopia collection, vol. 1, pp. 203-233. ISBN: 978-85-7879-488-0. DOI: [10.7476/9788578794880.0006](https://doi.org/10.7476/9788578794880.0006).

ALVES, Henrique Napoleão. Considerações acerca da importância histórica da Constituição do México de 1917. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n. 1272, 25 dez. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/9324>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 11, p.89-117, ago. 2013.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A Revolução Mexicana**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 136 p. ISBN 978-85-393-0042-6

BETHELL, Leslie. **HISTORIA DE AMÉRICA LATINA: 3. AMERICA LATINA COLONIAL: ECONOMÍA**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. 413 p.

CALDEIRA, Olivia; CALDEIRA, Didier Laffon. **Projet: La Cécilia, lieu de vie communautaire**. 2019. Disponível em: <https://www.ecovillageglobal.fr/IMG/pdf/projet_la_cecilia_lieu_de_vie_ecologique_et_liberataire.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2019.

CAMPOS, Jaqueline de Arruda; SILVA, André Fernandes da. A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A LUTA PELO TERRITÓRIO NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPLEMENTAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS MST E MTST. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, 18., 2016, São Luís. **Anais...** . São Luís: Ufrn, 2016. p. 1 - 11. ISBN 978-85-99907-07-8

COLLET, Fiorelo. **A visão dos vencidos na América Latina**. 2001. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Ciências da Religião, Departamento de Filosofia e Teologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2001.

EXCELSIOR, Jornal. **EZLN toma más territorios en Chiapas; ‘rompimos el cerco’, asegura.** 2019. Disponível em: <<https://www.excelsior.com.mx/nacional/ezln-toma-mas-territorios-en-chiapas-rompimos-el-cerco-asegura/1331082>>. Acesso em: 31 nov. 2019.

EZLN. **Primeira Declaração da Selva Lacandona.** 1994. Disponível em: <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/lacandona1.htm>

GENNARI, Emilio. **EZLN Passos de uma rebeldia.** 3. ed. 2010. 72 p. Disponível em: <<http://www.dsbh.org.br/site/docs/6.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

HILSENBECK FILHO, Alexander Maximilian. O ZAPATISMO E O FIM DA HISTÓRIA. **Revista de Iniciação Científica da Ffc**, Marília, Sp, v. 4, n. 3, p.142-158, set. 2004.

VOS, Jan de. **La paz de Dios y del Rey la conquista de la Selva Lacandona (1525-1821).** 1988. Fundo de Cultura Econômica ISBN 9789681630492

MARTINEZ, Elias David Morales; OLIVEIRA, Thays Felipe de. POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS CASOS NO BRASIL E CHILE*. **Revista de Estudos Internacionais (rei)**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p.70-82, jan. 2016.

MÉXICO. Constituição (1917). Artigo Constitucional nº 24, de 1 de março de 1917. . Cidade do México, 5 fev. 1917

MÉXICO. Constituição (1917). Artigo Constitucional nº 39, de 1 de março de 1917. . Cidade do México, 5 fev. 1917

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. La americanidade como concepto, o América en el moderno sistema mundial. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, Madri, Espanha, v. 44, n. 4, p.583-592, dez. 1992. Trimestral.

RIVELLO, Ana Paula Avellar; PIMENTA, Francisco Paolielo. Ciberativismo e zapatismo. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 13., 2008, São Paulo. **Congresso.** São Paulo: Intercom, 2008. v. 1, p. 1 - 10.

RODRIK, Dani. Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion?: A Review of the World Bank’s Economic Growth in the 1990s: Learning from a Decade of Reform. **Journal Of Economic Literature.** Cambridge, p. 973-987. dez. 2006. Disponível em:

<<https://aae.wisc.edu/coxhead/courses/731/pdf/rodrrik%20goodbye%20washington%20consensus%20jel%202006.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

ROLLS, Albert. **Emiliano Zapata: A biography**. Oxford: Greenwood, 2011. 166 p. (Greenwood Biographies).

SANTOS, Eduardo Natalino dos. As conquistas de México-Tenochtitlan e da Nova Espanha. Guerras e alianças entre castelhanos, mexicas e tlaxcaltecas. **História Unisinos**, São Leopoldo - Rs, v. 18, n. 2, p.218-232, maio 2014

SALAZAR, Francisco. Globalización y política neoliberal en México. **El Cotidiano**, Distrito Federal - México, v. 20, n. 126, p.1-12, jul. 2004. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/325/32512604.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SILVEIRA, Renata Ferreira da. A AUTONOMIA FRENTE À HIDRA CAPITALISTA: APORTES DA EXPERIÊNCIA ZAPATISTA. **Geographia**, Niterói, v. 20, n. 42, p.1-12, jan. 2018.

STEPHEN, Lynn. **Zapata Lives!: History and Cultural Politics in Southern Mexico**. Los Angeles: University Of California Press, 2002. 407 p.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982. 236 p. Tradução de: Beatriz Perrone Moi.